



TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA DE BAIXO CARBONO



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRATÉGIAS CORPORATIVAS

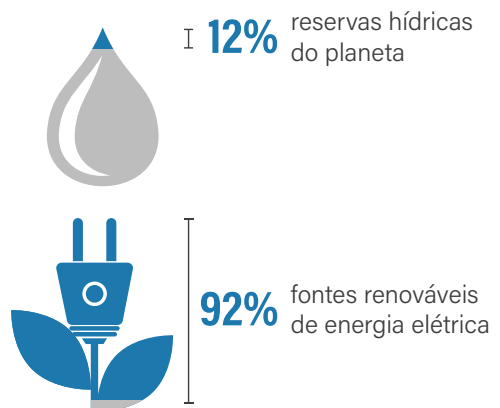
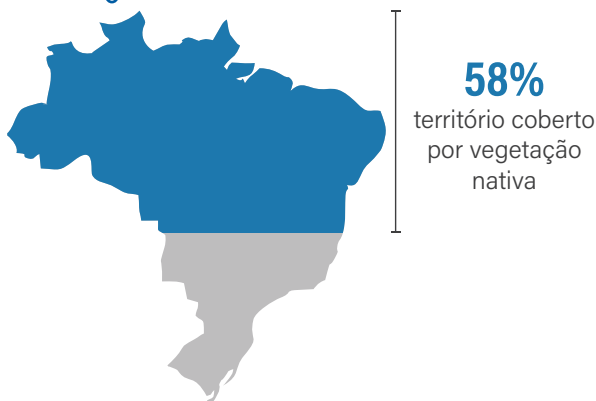
O Brasil reúne plenas condições de liderar a mobilização global na direção do desenvolvimento sustentável, com nítidos benefícios para todo o planeta. E a indústria faz parte dessa solução.

Os próximos anos serão fundamentais para determinar o tipo de economia e sociedade que teremos não só no Brasil, mas no mundo. Países de todo o globo estão focados na ameaça da mudança climática e em como alcançar uma economia de baixo carbono, ao mesmo tempo em que aproveitam a inovação necessária para construir e implementar novas tecnologias e estratégias energéticas.

Nesse contexto, o Brasil se destaca como líder e protagonista na economia de baixo carbono com ações rumo a uma economia mais sustentável.

Temos cerca de 58% do território coberto por vegetação nativa e a maior disponibilidade hídrica do mundo que representam 12% das reservas do planeta. Nossa matriz de energia elétrica conta com 92% de fontes renováveis e somos o segundo maior produtor de biocombustíveis.

Tudo isso significa que reunimos plenas condições de liderar a mobilização global na direção do desenvolvimento sustentável, com nítidos benefícios para todo o planeta. Nessa conjuntura, para que o país figure entre as nações com elevado padrão de desenvolvimento econômico e social, a indústria brasileira se apresenta como parte da solução, sendo capaz de dinamizar um ciclo virtuoso de geração de emprego e renda em direção a uma economia de baixo carbono.



CONTEXTO

- O cenário energético mudou radicalmente nos últimos tempos;
- A segurança alimentar e energética tem um papel fundamental no mundo;
- Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o Acordo de Paris sobre mudanças climáticas e as políticas internas dos países estabeleceram metas ambiciosas para a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE);
- O propósito é reduzir as emissões de GEE a partir de ações necessárias para nos adaptarmos aos impactos dos eventos climáticos extremos, com o compromisso de metas de redução de emissões estabelecidas no Acordo de Paris;
- A tendência global é que essa agenda afete o acesso a financiamentos, investimentos externos e aceitação dos produtos em mercados internacionais;
- Países e empresas estão assumindo o compromisso com a neutralidade de emissões até 2050; e
- As finanças sustentáveis são uma oportunidade para redirecionar os fluxos de recursos financeiros ao atendimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e apoiar os países, especialmente as economias emergentes, na retomada de um crescimento econômico resiliente e de baixo carbono.

UM COMPROMISSO GLOBAL

As mudanças climáticas são um desafio global e impactam mercados e governos de diferentes formas, a depender do estágio de desenvolvimento do país. Reverter seus efeitos devastadores irá demandar uma nova lógica econômica, que sincronize o pensar global com ações transformadoras ao nível local.

Para além de uma agenda de integridade ambiental, as mudanças climáticas exigem capacidade adaptativa da indústria e ação coordenada e multidisciplinar dos governos.



TENDÊNCIAS PARA A AGENDA DE MUDANÇA DO CLIMA

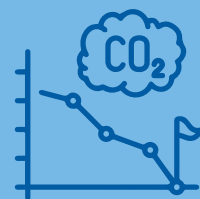
- CO₂ como a nova *commodity* mundial;
- Bancos centrais e setor financeiro passando a medir os riscos ambientais;
- Expansão de energias renováveis;
- Novas fontes energéticas de baixo carbono e novas tecnologias limpas, como o hidrogênio e a captura, armazenamento e uso de CO₂ (CCUS);
- Eletrificação das frotas de veículos;
- Fim dos subsídios a fontes fósseis;
- Sistemas de precificação de carbono;
- Taxa de carbono na fronteira (União Europeia);
- Acirramento das disputas por recursos naturais, em especial água, alimentos e fontes energéticas;
- Aumento da extração de recursos minerais críticos, como terras raras, grafeno, cobre e titânio; e
- Consolidação da economia circular.

O DESAFIO DOS GOVERNOS

Governos têm sido pressionados a reconhecer publicamente a urgência dessa agenda e a apresentar medidas mais ambiciosas para conter o aquecimento até 2030, com vistas à neutralidade climática até meados do século. O Acordo de Paris foi assinado em 2015 e aprovado por 195 países, que assumiram o objetivo principal de limitar o aumento da temperatura do planeta em 1,5 °C.

O carbono deve se tornar uma nova *commodity* mundial. A tendência global é de uma forte mudança nos serviços de infraestrutura, no acesso a financiamentos, nas condições de atração de investimento externo e nos requisitos de admissão a mercados consumidores internacionais, levando-se em consideração toda a cadeia de valor dos produtos.

O Brasil tem metas robustas a serem cumpridas por meio da sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) para conter o aquecimento até 2030, com vistas à neutralidade climática até 2050. Isso requer capacidade adaptativa dos setores econômicos e ações coordenadas e multidisciplinares entre governos e setores.



Meta até 2025: Reduzir **37%**

Meta até 2050: Reduzir **50%**

emissões de gases
de efeito estufa

(ano base 2005)

INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A DESCARBONIZAÇÃO

Ter políticas voltadas à descarbonização dos processos industriais, com instrumentos financeiros de estímulo, a exemplo da criação de um mercado regulado de carbono.

Outros instrumentos financeiros devem ser estruturados e estimulados, como a taxonomia e linhas de financiamento específicas para tecnologias de baixo carbono. Um dos caminhos que o mercado internacional tem adotado, por exemplo, é a redução das emissões vinculadas ao setor de energia. Nesse sentido, o hidrogênio de baixo carbono tem se despontado, principalmente na Europa, como o combustível do futuro, capaz de garantir a segurança energética e o crescimento industrial dos países do bloco europeu.

Para o **artigo 6 do Acordo de Paris**, que trata da implementação do mercado global de carbono, durante a COP-27, houve avanço nas negociações, embora ainda insuficiente para sua operacionalização. Alguns desdobramentos incluíram regras, procedimentos e conceitos referentes à aplicação de ajustes correspondentes, ao uso de créditos de MDL, entre outros.

Para os países participarem do referido artigo, eles devem assegurar que estão cumprindo algumas condições, como **“preparar, comunicar e manter uma contribuição nacionalmente determinada (NDC)”**. Nesse sentido, é crucial que o **Brasil tenha uma estratégia de implementação para a NDC**, pois comunicar com transparência as medidas setoriais e as políticas a serem tomadas para esse fim é fundamental, e possibilita o engajamento dos atores envolvidos e uma governança robusta com a participação de todos.

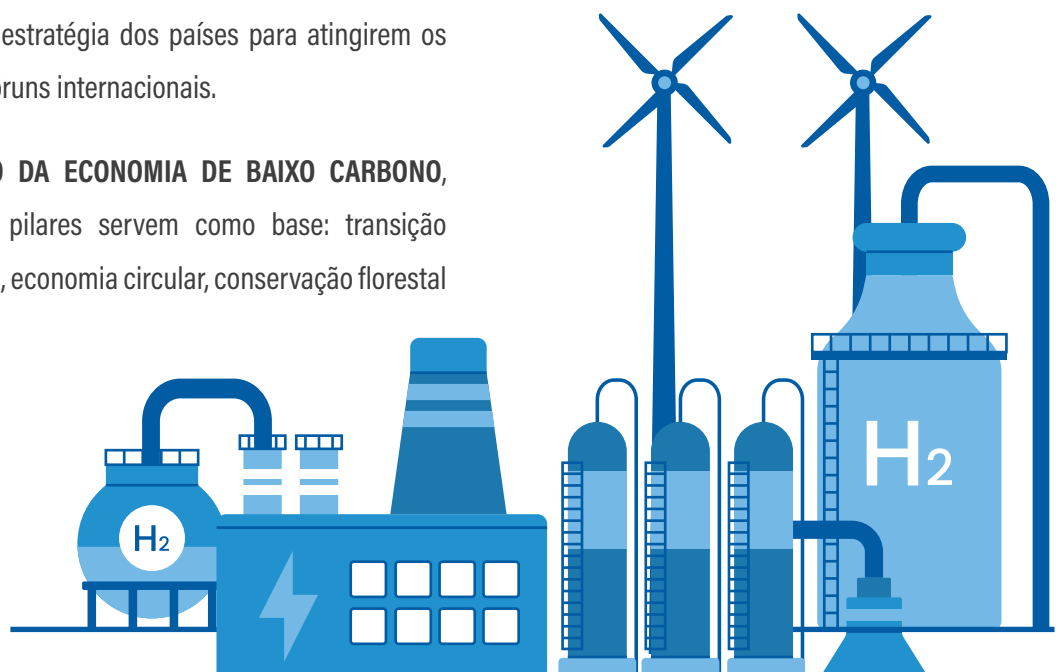
ENQUANTO POSICIONAMENTO COMUM DO MERCADO GLOBAL NÃO É ALCANÇADO...

... a Confederação Nacional da Indústria (CNI), como a principal representante da indústria brasileira, trabalha para melhorar o ambiente de negócios e aumentar a competitividade do setor e do país.

A CNI representa 27 federações de indústrias, 1.306 sindicatos e 930 mil indústrias em todo o Brasil, que entendem que devemos continuar em nossa missão de acompanhar e propor políticas públicas que promovam a expansão da produção industrial e o investimento das empresas, em especial em agendas fundamentais para a sustentabilidade dos negócios, como a transição para uma economia de baixo carbono, na nossa visão:

CARBONO E HIDROGÊNIO SUSTENTÁVEL entram para compor essa nova economia e ser parte da estratégia dos países para atingirem os compromissos assumidos em fóruns internacionais.

ATUAMOS NA CONSOLIDAÇÃO DA ECONOMIA DE BAIXO CARBONO, pois entendemos que quatro pilares servem como base: transição energética, mercado de carbono, economia circular, conservação florestal e bioeconomia.



PILARES ESTRATÉGICOS



Fonte: Elaborado pela CNI.

Essa é a nossa estratégia para enfrentar os desafios provocados pela mudança do clima e ser parte da solução para a retomada do crescimento sustentável. Para que ganhe celeridade, são necessárias ações desenvolvidas conjuntamente entre governo e indústria, visando à implantação de tecnologias e programas com foco nos avanços rumo à redução das emissões de GEE, em curto e médio prazos, e da neutralidade climática até 2050. Entre as ações necessárias, existem algumas prioridades.

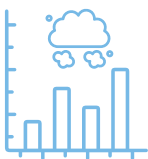
SEIS PRIORIDADES PARA TRANSFORMAR ESSES PILARES EM RESULTADOS



PROPOSTA

Regulamentação do Mercado de Carbono

É necessário dispormos de instrumentos e instâncias de registro e governança para garantir maior compatibilidade entre o modelo proposto para o Mercado Regulado de Carbono e as melhores práticas internacionais. O estabelecimento de um mercado regulado, integrado a um mercado voluntário, que adota um sistema *cap and trade*, com base nas permissões a serem distribuídas a partir de um Plano Nacional de Alocação, é o melhor caminho para a construção de um sólido e confiável sistema de comércio de emissões. Esse modelo poderá alavancar os recursos necessários para fomentar os investimentos em tecnologias que uma economia de baixo carbono exige.



PROPOSTA

Mensuração, Relato e Verificação (MRV) das emissões de GEE

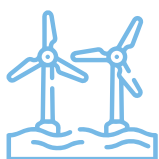
A consolidação de um sistema nacional de Mensuração, Relato e Verificação (MRV) das emissões de GEE é crucial para que o Brasil estabeleça políticas relacionadas à gestão de emissões de gases de efeito estufa. O MRV é um mecanismo habilitador de qualquer instrumento de política climática, seja ele de caráter econômico, de comando e controle, ou até mesmo com viés de comunicação e sensibilização. Um dos principais desafios à adoção de protocolos de MRV é a inexistência de um conjunto harmonizado de metodologias e parâmetros que sejam aplicáveis de forma ampla em diferentes jurisdições. Essa falta de padronização dificulta a integração interjurisdicional de dados e de informações e gera entraves à implementação de ações de redução e mitigação de emissões. De fato, não existe um único método internacionalmente reconhecido que possa ser adotado pelo Brasil. Assim, as regras variam horizontalmente, entre setores, e verticalmente, dentro de um mesmo setor.



PROPOSTA

Incentivos ao hidrogênio sustentável

O Brasil possui potencial para produzir hidrogênio tanto para uso interno quanto para exportação, devido à sua posição estratégica. A característica renovável da matriz energética brasileira é uma vantagem competitiva do país. O aproveitamento energético do hidrogênio sustentável apresenta-se como uma alternativa eficaz para a descarbonização da economia global. Para tanto, é necessário regular a produção e o uso do hidrogênio para fins energéticos e incentivar a pesquisa e a inovação ao prever a disponibilização de linhas de crédito ao setor.



PROPOSTA

Marco Regulatório para o aproveitamento de potencial energético *offshore*

O Brasil conta com situação favorável tanto para a implantação de parques *offshore* quanto para a indução de uma indústria de equipamentos no Brasil. Para aproveitar esse cenário, faz-se necessário um instrumento que discipline a outorga para aproveitamento do potencial energético *offshore*, proporcionando a segurança jurídica que o mercado exige, sem se limitar à geração eólica *offshore*, abrindo espaço para as modalidades solar, de marés e geração de energia por outras novas tecnologias.



PROPOSTA

Estabelece o Marco do Licenciamento Ambiental

A falta de ordenamento e previsibilidade do licenciamento ambiental é um dos problemas estruturantes que reduzem a competitividade e ampliam os custos dos investimentos no país. É necessário termos um conjunto de regras gerais que confirmam maior previsibilidade e racionalidade ao processo de licenciamento ambiental, com regras que preservem os avanços promovidos por estados e municípios e garantam a manutenção de suas competências administrativas previstas em lei.



PROPOSTA

Instituição da Política Nacional de Economia Circular

A economia circular é um conceito amplo que envolve transformações nos processos de produção de bens e recuperação de materiais com vistas à melhoria da eficiência econômica e à redução dos impactos ambientais. Nesse sentido, é importante ter um conjunto de instrumentos de fomento à transição da economia linear para uma economia circular, com destaque para a utilização das compras públicas, o incentivo ao desenvolvimento tecnológico para a otimização do aproveitamento dos materiais e a adoção do Mecanismo de Transição Justa, para apoiar os setores mais afetados pelas alterações promovidas pela economia circular.

CONHEÇA NOSSAS PROPOSTAS NA ÍNTEGRA

Plano de Retomada da Indústria - Uma nova estratégia, focada em Inovação, descarbonização, inclusão social e crescimento sustentável



Proposta da Indústria para o Mercado Regulado de Carbono



Proposta da Indústria para as Eleições de 2022 - Licenciamento Ambiental



Financiamento para o Clima: Arcabouço Global e Guia Informativo das Fontes de Financiamento Aplicáveis às Indústrias Brasileiras



Hidrogênio Sustentável: perspectivas para a indústria brasileira

